



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Gabriel Alves Ferreira

**ASCENSÃO DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL:
OS ACONTECIMENTOS QUE MARCARAM A POLÍTICA NACIONAL**

Brasília,
Setembro/2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Gabriel Alves Ferreira

**ASCENSÃO DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL:
OS ACONTECIMENTOS QUE MARCARAM A POLÍTICA NACIONAL**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política (IPOL) da Universidade de
Brasília (UnB) como requisito à obtenção do
título de bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Erika Laurinda
Amusquivar.

Avaliador: Professor Dr. Rodrigo Lentz.

Agradecimentos

Ao chegar neste ponto da minha vida, os meus pais foram muito importantes, pois ofereceram as condições para que eu pudesse estudar. A minha mãe, Francisca, foi a pessoa que mais provocou incentivos na minha vida, para que pudesse ter um destino diferente dela, dos meus tios, avós, pessoas pretas que foram exploradas por um prato de comida e uma peça de roupa.

Gostaria de agradecer meu professor de história do ensino fundamental e médio, o professor Dario Pouso, por falar verdades que provocaram mudanças positivas na minha vida e que me fizeram crescer como cidadão.

Também, quero agradecer à Universidade de Brasília e ao Instituto de Ciência Política, por toda estrutura, suporte e apoio durante os anos de graduação.

Não poderia esquecer de agradecer à empresa júnior do curso de Ciência Política, Strategos Consultoria Política Jr., pela oportunidade, apoio e suporte.

Em especial, presto agradecimentos ao projeto de extensão, Politeia. Durante os anos que participei do projeto fiz grandes amigos, ganhei muito aprendizado e pude vivenciar e organizar a simulação legislativa na Câmara Deputados, que foi enriquecedora para minha vida.

Por fim, quero agradecer a Professora Erika Amusquivar, por ter aceitado orientar meu trabalho e me ajudar durante esse período.

Resumo

O presente trabalho objetiva proporcionar uma contribuição acadêmica para a melhor compreensão dos fenômenos políticos vivenciados a partir de meados dos anos 2010. No transcorrer do trabalho serão analisados aspectos da ascensão do neoconservadorismo. Para tal, foi realizado um trabalho de explicação de conceitos fundamentais, como, conservadorismo e neoconservadorismo, pois são elementos centrais que ajudarão no entendimento dos acontecimentos políticos recentes do Brasil. Dentro do campo político neoconservador brasileiro será feita uma análise dos discursos da agenda neoconservadora do Jair Bolsonaro, do discurso antigênero e de sexualidade, e os aspectos ideológicos da população brasileira.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Nova Direita. Bolsonarismo. Brasil. Ideologia.

Sumário

Introdução 6

1. Conservadorismo. 9

1.2 Conservadorismo no Brasil. 13

2. Neoconservadorismo. 19

2.1 Experiência prática do neoconservadorismo nos Estados Unidos e Reino Unido. 23

3. Neoconservadorismo e sua ascensão no Brasil. 26

3.1 Neoconservadorismo brasileiro e suas principais características.31

3.2 Alguns aspectos do discurso neoconservador da agenda do Jair Bolsonaro. 34

3.3 O fortalecimento de discurso antigênero e de sexualidade no neoconservadorismo. 36

3.4 Aspectos ideológicos da população brasileira nos últimos. 38

Considerações finais. 43

Referências Bibliográficas. 44

Introdução

O objetivo central do trabalho é proporcionar uma contribuição acadêmica sobre os elementos políticos que foram essenciais para a ascensão do neoconservadorismo no Brasil. O neoconservadorismo surgiu, no país, como uma solução inovadora para os velhos e recorrentes problemas, mas acabou resultando em ataques para minorias e a população carente.

Por se tratar de um movimento recente na sociedade, política e na história brasileira, que causou danos na democracia e nas vidas das pessoas, merece o máximo de atenção, pesquisa e análise sobre os pilares que o sustentam. Além disso, outra finalidade é explorar os conteúdos econômicos, políticos, estruturais, questões de gêneros, e os seus efeitos no Brasil.

Um ponto importante que motivou a realização do trabalho foi a ascensão de grupos neoconservadores, em meados dos anos 2010, que acabou resultando no impeachment da presidente Dilma Rousseff e na eleição do Jair Bolsonaro, e mesmo com o declínio de popularidade continuam vivos e poderão influenciar diversas pessoas em diferentes camadas sociais, por vários anos.

Apesar do trabalho apresentar uma temática recente na política e história brasileira, serão apresentados autores clássicos, com propósito de contribuir para o entendimento do novo e clássico conservadorismo. Durante o transcorrer percebe-se que o conservadorismo e o neoconservadorismo têm distinções nas visões econômicas e um distanciamento da visão moral conservadora clássica, mas mesmo assim, é um conservadorismo moderno que atende às expectativas dos dias atuais.

Para o desenvolvimento do trabalho será utilizado os moldes da pesquisa exploratória, que objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com a intenção de torná-lo mais explícito. Pode-se considerar que esse tipo de pesquisa tem como objetivo aprimorar as ideias. Essa modalidade de pesquisa permite o levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulam a compreensão do fato. Dessa forma, o levantamento bibliográfico será realizado através de fontes secundárias, especialmente, constituído de artigos científicos e livros (GIL, 1994, p. 41-44).

O primeiro capítulo mostrará que os conservadores, em geral, possuem uma dificuldade absurda de construir uma identidade política, filiação ideológica e até mesmo formar grupos convergentes em torno de um propósito, pois tendem a considerar os aspectos reais e concretos da sociedade, sem abstrações em torno de um bem comum (CASTELO-BRANCO, 2014, p. 175). E no caso brasileiro não seria diferente, o conservadorismo brasileiro desde os passos iniciais apresentou influência do conservadorismo britânico e norte-americano, apesar de encontrar dificuldade na formulação de um pensamento original com vivências locais.

Para compreender melhor o conceito do conservadorismo, o Russell Kirk, no livro *The Conservative Mind (1954)*, define o conservadorismo em seis pilares, são elas: a) crença numa ordem divina para a sociedade e para a consciência; b) valorização da variedade e colorido na vida tradicional; c) reconhecimento da legitimidade das existências de classes e hierarquias sociais; d) convicção de que propriedade privada e liberdade estão intimamente ligadas; e) tradicionalismo; f) distinção entre mudança e reforma, ou, talvez revolução e reforma. (KIRK, 1954, p. 7-8)

Já o segundo capítulo trabalhará com as principais mudanças que ocorreram no conservadorismo nos anos 1950 a 1960, resultando no chamado neoconservadorismo. Esse novo conservadorismo simboliza uma aglutinação de grupos políticos que surgiram para combater pautas que consideravam nocivas na sociedade, por exemplo, as ideias do pensamento de esquerda. Em diversas partes do mundo, onde se poderiam observar o neoconservadorismo, era formado por liberais, religiosos, anticomunistas e conservadores clássicos.

Na coalizão, os liberais representam uma manutenção da ordem econômica liberal, com uma presença mínima do Estado durante o século, sobretudo nos anos 1960. Na concepção neoconservadora, as políticas sociais atribuíam ao Estado funções que deveriam ser desempenhadas pela comunidade, igreja e familiares (MOLL, 2015, p. 3). Já os religiosos e conservadores buscam um prosseguimento da ordem moral na sociedade, rejeitando inovação em ramos das liberdades individuais. Os anticomunistas estariam nessa aglutinação para combater os avanços da União Soviética em regiões consideradas importantes para os Estados Unidos.

O terceiro capítulo tratará sobre os aspectos da ascensão do neoconservadorismo no Brasil, as suas características e consequências para a população

brasileira. O neoconservadorismo, no Brasil, surgiu como um fator novo na política nacional, na segunda metade dos anos de 2010, era classificado como nova direita, conservadorismo, liberalismo conservador, onda conservadora e até mesmo bolsonarismo. Todos esses termos podem servir de sinônimo do neoconservadorismo, menos o bolsonarismo, porque trata-se de um movimento político brasileiro que se influenciou das características dessa ideologia. É importante ressaltar que o neoconservadorismo ganha força no cenário nacional com o declínio da popularidade do governo petista e no período do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Serão trabalhados nesse capítulo alguns aspectos sociais e políticos neoconservadores que fomentaram debates ao longo desses anos no Brasil, pautas que atingem diretamente a vida dos brasileiros em todos níveis, como, religioso, econômico, segurança pública e liberdade individual. Além disso, será apresentado algumas passagens do projeto de ataques contra os direitos da população LGBTQIA+ e das mulheres, no transcorrer dos anos de ascendência dessa ideologia no país.

Na última sessão do terceiro capítulo mostrará particularidades ideológicas da população brasileira de 1990 a 2019 e os motivos pelos quais o conservadorismo brasileiro foi desativado do debate e da estrutura política tradicional do país, após o fim da ditadura militar, e como ele reapareceu novamente.

1. Conservadorismo

O conservadorismo, na visão de Castelo-Branco (2014, p. 171), é uma ideologia de comportamento incomum, visto que a Ciência Política tende a proporcionar definições ideológicas por princípios, valores e crenças, desenvolvidas racionalmente, que funcionam como características agregadas para um grupo. Todos esses atributos funcionam como elementos que orientam ações políticas e delimitam visões de mundo. Qualquer ideologia se comporta como uma dimensão de intenções, na qual, se deseja alcançar propósitos, que contém um corpo doutrinário norteador de condutas políticas para alcançar resultados.

É importante destacar que as ideologias são conjuntos de ideias, crenças, opiniões e valores que expressam um padrão recorrente, que possuem os grupos e os seus portadores, com o objetivo de contestar ou alterar os processos e arranjos sociais e políticos da comunidade política. As ideologias indicam três pilares: servem de mapa norteador para os indivíduos e grupos sociais se orientarem em meio à complexidade do mundo; são defendidas por grupos identificáveis que enfrentam à preferência daqueles que detém o poder; e buscam justificar, transformar e contestar os arranjos e processos políticos e sociais (LYNCH, 2016, p. 81)

O conservadorismo formou sua estrutura por volta do início da Revolução Francesa, quando na Inglaterra e nos Estados Unidos, alguns intelectuais perceberam que era importante a humanidade preservar elementos de uma vida digna na civilização, um arranjo de ideias elementares que deveriam resistir aos aparelhamentos e impulsos considerados destrutivos dos revolucionários daquele período. Na Escócia, o criador do conservadorismo foi o Edmund Burke, cuja obra, em 1790, *Reflexões Sobre a Revolução na França* mudou a opinião britânica e inspirou grandes líderes no continente europeu e nos Estados Unidos. Já nos Estados Unidos, os federalistas foram os que formaram um conservadorismo mais sóbrio e posto à prova, fundamentado na compreensão da história e da natureza humana, por exemplo, John Adams, Alexander Hamilton e James Madison (KIRK, 2021, p. 12).

Burke e Adams, uns dos principais intelectuais do conservadorismo adotaram determinadas ideias que podem ser resumidas da seguinte forma: os conservadores possuem uma suspeita daquilo que Burke classificava de “abstrações”, ou seja, dogmas

políticos incondicionais que não são conectados com as experiências traçadas com a prática (KIRK, 2021, p. 12).

Para Kirk (2021, p. 15), os conservadores acreditam que a mudança e a reforma não são iguais à inovação moral e política, podendo ser até catastróficas. Em determinadas medidas, todas as instituições humanas sofrem mudanças de tempos em tempos, pois a mudança é feita lentamente para conservar elementos basilares da sociedade.

O conservadorismo é caracterizado sob a premissa da desconfiança. Dessa forma, o conservadorismo é apresentado como anti-ideologia, por não querer ser enquadrado a um cercado ideológico. As grandes ideologias clássicas que surgem no Iluminismo orientam suas ações em função de um ideal em torno do bem, junto ou verdadeiro. Essas ideologias se orientam em função do fim que determinam. O princípio conservador, pelo contrário, parte da realidade já oferecida, e dela traça o melhor caminho amparado pelo conhecimento concreto e experiências vividas (CASTELO-BRANCO, 2014, p. 171).

Na ordem de ideias, o conservadorismo é naturalmente concebido de forma negativa do que positiva. No sentido mais estrito, o conservadorismo tende, como a própria palavra indica, a conservar, a preservar (CASTELO-BRANCO, 2014, p. 172). Para Coutinho (2014, p. 9), o conservadorismo preserva o melhor de uma sociedade, com bases democráticas, para garantir a paz, liberdade dos cidadãos e o vigor das instituições.

O conservador pode até ter dificuldade na consciência de sua identidade política, se for entendido como um resultado de filiação ideológica, mas ele não tem credo político e nem credo partilhado. Ele poderá ter dificuldades em reconhecer os seus correligionários, problema esse completamente diferente dos liberais ou socialistas, visto que não há reunião de conservadores em torno de um objetivo comum. (CASTELO-BRANCO, pp. 172, 2014). Para Roger Scruton (2016, pp. 10 e 11), o conservadorismo não possui uma articulação natural e só ganha consciência de si mesmo quando é forçado pelas circunstâncias da vida real. Scruton acredita que o conservadorismo não faz um exercício de filosofia política, mas sim um exercício de dogma político.

O pensamento conservadorismo americano considera que a propriedade e a liberdade são recursos inseparáveis, sendo que o nivelamento econômico é um risco para o progresso do mesmo. Os conservadores reconhecem o valor da propriedade privada por aquilo que ela representa, mas a valorizam, pois sem as propriedades privadas os indivíduos seriam dependentes de um governo onipotente. Outro ponto relacionado ao pensamento conservador é o poder, que é repleto de ameaças; logo, o Estado julgado positivo é aquele que não só equilibra o poder, mas também o refreia por meio de costumes sólidos e constituições. O poder político, até onde for possível, deve ser guardado nas mãos de indivíduos e instituições locais, visto que a centralização é um sinal de abismo social (KIRK, 2021, p. 13).

Além da propriedade privada ser inseparável da liberdade, ela também é um elemento central para as grandes civilizações serem produtivas, pois proporcionam estabilidade através do progresso econômico. Outro ponto, os conservadores entendem que adquirir e gastar não são as principais metas para a existência humana, mas uma base econômica estável para a comunidade política, familiar e individual, é o que se deve buscar (KIRK, 2013, p. 103).

Para Coutinho (2014), uma parte do pensamento conservador sobre a “sociedade comercial” ou “capitalista” possui algumas lamentações nos critérios economicistas de ganhos e perdas, podendo afetar as relações pessoais. Um conservador usado para descrever esse fato é o poeta e crítico britânico, Matthew Arnold, pois acreditava que o livre-comércio provocou a lastimável mentalidade comercial e industrial das novas classes médias em ascensão, dominadas por um amor à riqueza material que resultou no rebaixamento da dignidade básica e fraternal da natureza humana. Também, a existência do livre-mercado cria tensões e disrupções na sociedade tradicional, visto que provoca permanentes mudanças que colocam em risco princípios ou instituições que, apesar de terem resistidos aos testes do tempo, podem não sobreviver aos danos criativos da sociedade comercial (COUTINHO, 2014, pp. 81-82).

Para o historiador e escritor, Justus Möser, um dos expoentes do tradicionalismo e organicidade, entende que o livre comércio, para além dos vícios considerados imorais, era visto como um perigo político, colocando em risco uma sociedade tradicional. A espontaneidade das relações comerciais e a aberta ao mundo provocam uma ameaça às tradições e modos de vidas já estabelecidos que o conservador protege sobretudo (COUTINHO, 2014, p. 83).

O conservador não faz oposição ao progresso por simplesmente se opor, geralmente acredita que a sociedade pode regredir em alguns aspectos e progredir em outros. Em uma sociedade saudável contém dois elementos, classificados por Samuel Taylor Coleridge (1772/1884) como permanência e progressão (KIRK, 2021, p. 81).

Para Kirk (2021, p. 82), a permanência em uma sociedade é um elemento formado por valores e interesses permanentes que proporcionam estabilidade e continuidade, sem elas, a sociedade pode cair em anarquia. A progressão já é um componente da sociedade composto de espírito e corpo de talentos que investem na reforma prudente e em melhorias, caso contrário, a comunidade estaria estagnada. O conservador entende que os radicais e progressistas, cegos às reivindicações justas, colocam em risco o legado dos ancestrais em tentativa impulsiva para conceder um futuro incerto com suposta felicidade universal. Em síntese, o conservador é favorável ao progresso moderado e racional, se opondo ao culto do progresso, que passa a ideia que a coisa nova seja absolutamente melhor de tudo que é do passado.

Os conservadores compartilham a concepção aristotélica da racionalidade humana e, como Aristóteles, admitem que um dos objetivos da vida política é afinar o uso da razão e implementar nos indivíduos os predicados necessários para o exercício coletivo, como a necessidade de costumes na comunidade. A filosofia conservadora defende a liberdade do indivíduo, concebendo a sociedade não como uma rede orgânica mantida por submissão, hábito ou regras, mas funcionaria como agremiação livre com indivíduos racionais que detêm e reconhecem uma identidade própria (SCRUTON, 2019, p. 12).

Apesar do conservadorismo ser um fenômeno recente, surgido durante a *Revolução Gloriosa de 1688*, *Revolução Americana* que acabou em 1783 e a *Revolução Francesa* de 1789, em algumas partes do mundo o termo “conservador” é considerado como uma ofensa ou insulto (SCRUTON, 2019, p. 6). O conservadorismo como é conhecido na atualidade possui uma mentalidade totalmente diferente da moderna, esculpido pelo Iluminismo e pelo imediatismo das sociedades, nas quais os interesses coletivos de pertencimento social são contrabalanceados pelos interesses individuais (SCRUTON, 2019, p. 12).

A gênese do conservadorismo se tornou uma realidade quando os partidos começaram a se organizar por reação ou resistência às revoluções liberais, primeiro na

Inglaterra e posteriormente na América e França. Dessa forma, alguns partidos mais progressistas consideram os conservadores como aliados ao antigo regime. No ambiente de reação ou resistência, que se formou o partido Tory, na Inglaterra, ou partido da Restauração, na França pós revolucionária. (CASTELO-BRANCO, 2014, p. 171)

Assim como o plano historiográfico do conservadorismo, o campo ideológico também tende a firmar oposição, ou até mesmo reação. Nesse caso de oposição, duas grandes ideologias que nascem do iluminismo fazem parte são elas: liberalismo e socialismo. As duas ideologias tendem a agregar os conservadores pelo simples ponto, o progressismo. As teses progressistas interpretam a história humana conforme a própria narrativa dos fatos e pensam ser capazes de avançar os capítulos subsequentes dessa forma. Para tal fim, oferecem um guia, código de conduta, programa ou corpo normativo (CASTELO-BRANCO, 2014, p. 173).

Um conservador é um indivíduo preocupado em situações concretas, a abstração dos liberais ou socialistas provoca desconforto nos conservadores. No pensamento conservador, o ser humano é, por característica, uma existência concreta e estabelecida em uma família, linguagem, cultura, visão de mundo, história, sendo ativo e passivo de formação. Já o liberal é um liberal independentemente das conjunturas, o mesmo se aplica para o socialista. (CASTELO-BRANCO, 2014, pp. 173-174). Ademais, o conservadorismo se opõe ao espírito progressista, ou seja, crer que a história é sempre um campo de progresso continuado, sendo considerado positivo e bom, ao contrário dos imobilistas e reacionários que admitem o novo como negativo; o autêntico conservador acredita na inovação, mas ela não poderá interferir no tradicional já consolidado (TORRES, 2017, p. 24).

1.2 Conservadorismo no Brasil

No século XIX, o conservadorismo brasileiro começou a ser estruturado, com a chegada de D. João VI e a nomeação do Brasil como capital do império português, a política brasileira entrou em processo de evolução. Entre os principais partidos da época estavam o Partido Conservador (Saquaremas) e Partido Liberal (Luzias) que

representavam as grandes forças políticas e intelectuais da época (GARSCHAGEN, 2016).

O conservadorismo brasileiro formou sua versão nacional através da produção do discurso ou linguagem oitocentista, conjecturado na valorização positiva da formação política brasileira com o regime imperial instalado após a independência de 1822. O discurso conservador, entre as décadas de 1830 e 1850, se estabeleceu na forma do modelo institucional que partiu de determinado diagnóstico realista ou sociológico da sociedade brasileira, ainda na menoridade devido aos problemas de formação social (EDWARD, 2010; LYNCH, 2010; pp. 25-26).

Uma particularidade do Partido Conservador era a visão sistemática da estruturação do Estado tutelar, no que se refere a autonomia da sociedade, na qual a função essencial seria a organização de cima para baixo como uma ordem nacional. Já a filosofia política por trás do conservadorismo do partido, o núcleo de formação, firmado entre 1830 e 1850, estaria amparado nos princípios de autoridade e no Estado de direito (FERREIRA, 2010; BOTELHO, 2010; p. 16).

Dentro do campo político, da época, os Saquaremas, considerados da geração de ouro do conservadorismo brasileiro, eram influenciados pelo conservadorismo britânico e o continental (francês, espanhol, português), também, eram em grande parte conservadores católicos (GARSCHAGEN, 2016, p. 17).

Os Saquaremas reconheciam as características do conservadorismo prescritivo de David Hume e Edmund Burke. O principal atributo do conservadorismo prescritivo era a construção, não de uma ideologia de reativa ao governo constitucional representativo, mas de resistências às inovações de modelos referentes ao liberalismo de esquerda, incorporado em uma filosofia histórica de otimismo e depredação do passado (EDWARD, 2010; LYNCH, 2010; p. 38).

No Brasil, um grande precursor do conservadorismo prescritivo foi o jornalista, economista e político baiano, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Foi um político declarado conservador durante o reinado de Pedro I, período que o tom da direita era conferido, sobretudo, pela narrativa monarquista (EDWARD, 2010; LYNCH, 2010; p. 39).

O Partido Conservador no Brasil não era um partido propriamente reacionário, embora tivesse alas hostis a qualquer progresso ou transformações específicas, como, por exemplo, a abolição da escravatura. Mesmo assim, o partido participou de diversas políticas abolicionistas. Um grande político e magistrado, Eusébio de Queirós, foi autor da lei de 1850 que reprimiu o tráfico negreiro. A Lei do Ventre Livre foi aprovada em 1871 sob o gabinete do Visconde do Rio Branco, um conservador. A Lei dos Sexagenários foi publicada em 1885, em virtude do apoio do conservador Barão de Cotegipe junto com o liberal Conselheiro Saraiva. (GARSCHAGEN, 2016; TORRES, 2017, pp. 30-31). É importante ponderar que essas políticas fazem parte de uma estratégia que visava um prolongamento do regime escravocrata, pois as transformações eram lenta, gradual e segura que serviram para controlar rebeliões crescentes. Com isso, essas políticas abolicionistas representaram uma mudança conservadora.

O principal tema defendido pelo Partido Conservador, na época, era o Poder Moderador. Era um tema que demonstrava diferenças de concepções entre os partidos imperiais, pois se tratava do quarto poder da Constituição. De acordo com o Brás de Sousa, político, jurista e professor brasileiro do século XIX, a teoria da divisão de poderes, determinava que existisse uma força política no Estado, designada a colocar equilíbrio e harmonização dos poderes tradicionais, poderes ativos, partidários, capazes de pôr em ameaça à liberdade. Essa força política do Estado seria do imperador, politicamente suprapartidário e neutro, que exerceria o Poder Moderador, e deveria passar pelo artigo 101 da Constituição de 1824, ser bem argumentado e documentado (TORRES, 2010, pp. 182-193).

Em uma tentativa de definição do Partido Conservador, pode-se dizer que lutava pela unidade nacional e acreditava nos dispositivos do conjunto de leis fundamentais da Constituição de 1824. Desse modo, os conservadores consideravam que o sistema político brasileiro, daquele período, era legítimo, útil e vantajoso, para o seguinte fim: unidade nacional firmada sobre concepções da democracia liberal (TORRES, 2017; p. 31).

Grande parte dos saquaremas tinham como convicção que a liberdade somente poderia ser protegida caso encontrasse suporte em uma autoridade forte e imparcial. Na visão de João Camilo Torres (2017), esse pensamento iria contra a tendência de anarquismo proporcionada pela doutrina de Rousseau em estado vibrante,

com a liberdade ausente de poder, na abdicação de qualquer ordem ou categoria social. Nesse entendimento, a liberdade não pode ser exercida dentro da indisciplina e desordem. Torres entendia que a melhor autoridade seria o poder régio. Um rei seria a melhor categoria de governante, por ser soberano, juiz por direito de origem, entre outros atributos (Torres, 2017; p. 31).

Talvez esteja nesse ponto um dos motivos pelos quais grande parte dos saquaremas acreditavam na legitimidade e intenções da monarquia, aprovavam não somente por ser um regime efetivo existente de país ou por ser útil como requisito de formação de país. Para os saquaremas, a monarquia possuía segurança e garantias de ordem, legalidade e justiça, e era uma instituição essencial para a vida do país (Torres, 2017; p. 31).

Já o partido liberal (Luzias) compartilhava a ideia de que as eleições eram condição fundamental para a liberdade. Na visão de João Camilo Torres, os liberais não compreendiam que o processo de ocupação de cargos públicos seria uma questão estritamente técnica, condicionada pelos méritos de eficiência. Os cargos deveriam ser ocupados de acordo com as finalidades do cargo (TORRES, 2017, p. 45).

No entendimento de Marcelo Hipolito (2017), escritor brasileiro, o conservadorismo se esgotou como força governante na proclamação da República, considerada a “primeira ação revolucionária bem sucedida no Brasil”, realizada por um grupo de republicanos. Como toda ação revolucionária afronta os costumes, tradições, valores e tradições. Na concepção do conservadorismo, as instituições, constituições e governos resultantes de revoluções foram e são ilegítimas por não representarem os interesses do povo (HIPOLITO, 2017, p. 50).

Apesar do pensamento conservador brasileiro ter inspiração no conservadorismo do europeu, no entanto, os conservadores souberam lidar com as transições e continuidades passadas pela sociedade brasileiro ao longo da história, fato diferente do conservadorismo clássico (FERREIRA, 2010; BOTELHO, 2010; p. 13). Houve nesse período notáveis representantes do conservadorismo brasileiros, como o Visconde de Cairu, Visconde do Uruguai, Marquês do Paraná, Pimenta Bueno, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Barão do Rio Branco, dentre outros (GARSCHAGEN, 2016).

Uma parcela significativa do pensamento conservador brasileiro dispõe de influências em outros conservadorismos, por exemplo: britânico e americano (Garschagen, 2016). Na compreensão de João Camilo Torres, o conservadorismo se trata de uma dimensão individual, política e transcendental, por isso é desvinculado e indiferente à Igreja Católica. O pensamento conservador brasileiro possui elementos católicos, porém defende a propagação política de ideias conservadoras, podendo ser adotado e defendido por crentes de outras religiões e até mesmo ateus (GARSCHAGEN, 2016).

João Camilo Torres, um notável conservador brasileiro do século XX, entendia que o conservadorismo não era um conjunto político universal que admitisse ser adotado sem critérios e adequações em países diversos com realidades culturais distintas. A natureza regionalizada do pensamento conservador institui limitações que impossibilitam quaisquer tentativas dessa ordem, ao invés de outras ideologias que não possuem e nem necessitam conexão identitária com o núcleo que a sociedade está inserida. A identidade regional permite que os indivíduos sejam nacionais e cultivem as tradições sem incorrer no engano do nacionalismo, de acordo com o autor, esse engano representa o antipatriotismo (GARSCHAGEN, 2016).

Para o Garschagen (2016), João Camilo e João Pereira Coutinho compreendem que existe uma relação entre disposição e práxis política conservadora. Eles entendem o conservadorismo como um posicionamento político que reconhece a existência de comunidades que estão sujeitas aos limites de condições, e as transformações sociais, para serem adequadas, não devem romper a linha de comunicação entre passado e futuro.

João Camilo compartilha a ideia parecida com Visconde de Uruguai, no livro, *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, de 1968, de que o conservadorismo não procura melhorar aquilo que é concreto, mas aperfeiçoar o possível e aplicável. O conservador não muda de posição política conforme temperatura do tempo e das conveniências da moda, há nesse comportamento a prudência aristotélica, a ética da virtude, que organiza as dimensões da existência num plano horizontal (GARSCHAGEN, 2016).

O pensamento do conservadorismo brasileiro, em sua fase embrionária, enfrentou grandes dificuldades, principalmente para se diferenciar do conservadorismo

européu. Na realidade, o problema não é estritamente brasileiro, mas latino americano e está relacionado com a visão propagada na região de que o passado é um obstáculo. Não é uma aleatoriedade que essa ideia tenha se disseminado pela América Latina, visto que o passado dessa região é colonial. Outra causa desse pensamento está no fato dessas noções serem novas, começando a se tornarem independentes no início do XIX, procurando se estruturar negando atos anteriores das metrópoles portuguesa e espanhola (RICUPERO, 2010 p. 76).

Com as diversas ramificações do conservadorismo, não é uma tarefa explicar de objetiva suas posições, que não correspondem a um ideal concreto. As particularidades dos conservadorismos, em geral, assumem relações com as instituições que se propõem a defender quando sofrem “ataques”. De outra forma, a conjuntura histórica não pode deixar de estar relacionada com o conservadorismo, e isso corresponde a separação com o antigo regime. Por esse motivo, o conservadorismo não é um comportamento tradicionalista e psicológico, contudo é uma conduta política consciente (MANNHEIM, 1986; RICUPERO, 2010; p. 78).

Obras de autores como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre indicam certos dilemas presentes no pensamento brasileiro, pois ilustram visões diferentes sobre o passado colonial e pós independência brasileiro. Na visão do Ricupero (2010), o conservadorismo no Brasil, bem como o liberalismo, são ideias “fora do lugar”. Nessas perspectivas de ideias europeias “foras do lugar”, o mais interessante não seria as coincidências entre conservadorismos, mas suas diferenças. Dado que os conservadorismos, europeu e brasileiro indicam mudanças referentes aos ambientes sociais que os intelectuais e sociedades estão inseridos (RICUPERO, 2010; p. 80-82).

No período inicial, pós-independência, esse pensamento de multiplicidade de conservadorismos não era muito compreendido pelos intelectuais brasileiros. Na obra *Ordem burguesa e liberalismo político*, de 1978, mostra que conservadores e liberais concordam com o processo de instauração, no país, de uma ordem burguesa semelhante à norte-americana e à europeia, mas que não daria certo, por causa das diferenças dos povos. Para tal propósito, seria necessário vencer o poder dos senhores de terra, que detinham o poder local que não concordam com tal propósito (RICUPERO, 2010; p. 84).

Por fim, essa seção teve o intuito de apresentar o pensamento conservador brasileiro sobre a óptica da origem, pois o conservadorismo, com o passar do tempo, se transforma dentro de uma sociedade moderna ocidental. Com isso, a valorização do passado e as suas formas de organização social e política são interessantes para observar a chegada desse pensamento no Brasil. A avaliação do passado em regiões que foram coloniais, como é o caso do Brasil, é sempre um assunto espinhoso e deve ser enfrentado (FERREIRA, 2010; BOTELHO, 2010; p. 12).

2. Neoconservadorismo

A propagação do conservadorismo liberal ou neoconservadorismo constituiu um dos fenômenos mais expressivos que aconteceu no meio político na metade do século XX. O resultado desse evento político marca o renascimento da ideia liberal, que foi ofuscada no pós-guerra, com a ascensão do socialismo e capitalismo, na Inglaterra e em outros países. O Partido Liberal e Conservador, na Inglaterra, ambos possuíam agremiações que mantinham um compromisso com o liberalismo ao creditar confiança no desenvolvimento das instituições do sistema representativo. Já o elemento conservador, geralmente vinculado à Igreja Católica, aceitou as novas instituições e buscou alternativas ligadas ao tradicionalismo (PAIN, 2007, p. 80).

O movimento intelectual neoconservador antecede ao movimento político. O intelectual se refere à produção acadêmica de intelectuais liberais e anticomunista, por volta dos anos de 1950. O segundo é referente à coalizão neoconservadora que resultou, por exemplo, na eleição de Ronald Reagan, em 1980, para a presidência dos EUA (LACERDA, 2019, p. 20).

O movimento intelectual neoconservador é baseado no modelo tributário e econômico, sobretudo, nas obras de autores como: Leo Strauss, Daniel Bell, Nathan Glazer, Irving Howe, Seymour Martin Lipset, Harry Jaffa, Joseph Cropsey, Allan Bloom, Harvey Mansfield e Wilmoore Kendall. Essa intelectualidade se organizou no começo da Guerra Fria com o objetivo de construir um movimento amparado no tradicionalismo moral, anticomunismo e na liberdade econômica. Os neoconservadores, até os anos 1970, se consideravam liberais no sentido de serem contra à intervenção estatal na economia e ao Estado de bem-estar social (LACERDA, 2019, p. 20-21).

O liberalismo foi se transformando nos anos de 1960, para aderir demandas da consideradas de esquerda, e os acadêmicos neoconservadores foram mudando de posição para serem mais conservadores. Eles se opuseram ao “novo liberalismo”, considerado de esquerda, que apoiou o Great Society (1964-1965), um programa do presidente democrata Lyndon Johnson, para redução da pobreza e desigualdade racial, motivado pelas exigências de movimentos pelos direitos civis. O neoconservadorismo tornou-se um contraponto para avanços sociais, por considerar uma ameaça para a sociedade (LACERDA, 2019, p. 22).

A aproximação entre grupos ideológicos surgiu através de pautas semelhantes, por exemplo, questões morais e tradicionais, que são fundamentais para a nova direita e a direita cristã; oposição ao comunismo; na política externa a defesa do Estado de Israel é fundamental; e a não intervenção estatal no mercado. O jornalista, escritor e considerado fundador do neoconservadorismo, Irving Kristol, é um dos influentes no simbolismo que representa essa coalizão, compreende que o tradicionalismo representa uma pauta muito valiosa, no mesmo sentido o livre mercado e a política externa (LACERDA, 2019, p. 22-23).

No entendimento de Kristol, o novo conservadorismo é herdeiro de muitas características do conservadorismo tradicional, sendo sustentado sobre três pilares, são eles: crescimento econômico, religião e patriotismo. O neoconservadorismo teria absorvido, com Milton Friedman, as virtudes da economia de livre mercado e o desenvolvimento econômico; já com Friedrich Hayek, ter dado importância para as instituições sociais; e com o Leo Strauss a apreciar a definição moral antecessor ao capitalismo e tradições filosóficas (PAIN, 2007, p. 97-99).

Por outro lado, o neoconservadorismo pode ser compreendido através do conceito criado por Samuel Huntington (1957), cientista político e conservador. Ele se propôs a organizar as diferentes concepções sobre a forma do pensamento conservador. De acordo com o intelectual, existem três teorias do conservadorismo, são elas: aristocrática, autônoma e situacional. A acepção aristocrática está relacionada com uma classe social em um contexto histórico de consolidação da burguesia. Já a teoria autônoma aceita que o conservadorismo se manifeste em todos momentos da história, desde que defenda a religião, tradições e propriedade. Além disso, a definição situacional diz que o conservadorismo existe em contextos determinados, confrontando posições que buscam mudanças profundas, para conservar as instituições vigentes (LACERDA, 2019, p. 23).

O neoconservadorismo é um movimento de conciliação de atores e de valores políticos. No entendimento de David Harvey (2005), essa coalizão foi realizada nos anos de 1970 entre senhores de grande poder econômico que buscavam restabelecer uma ordem moral sobre a classe trabalhadora. Essa aliança proporcionou a consolidação de um ideário de valores pautados no nacionalismo cultural, cristianismo, retidão moral e defesa dos valores familiares. Também, é marcado pela posição contrária de pautas de movimentos sociais ligados à esquerda (LACERDA, 2019, p. 29).

Para Wendy Brown (2006), no sentido mais enfático, argumenta que o neoconservadorismo é uma aliança profana resultante da aproximação de interesses entre cristãos evangélicos, judeus, agentes da Guerra Fria, intelectuais, liberais e defensores da família tradicional. Brandon High (2009) entende, de forma menos enfática, que o neoconservadorismo como uma coalizão republicana formada por três correntes, são elas: cristianismo evangélico de direita, intelectuais e grandes empresas. De forma um pouco distinta, Grandin (2006) compreende o neoconservadorismo como uma coalizão tripla formada por idealismo punitivo, liberalismo econômico e mobilização cristã; esses elementos forneceram ao ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, um mandato para atender interesses anticomunistas, restabelecendo a moralidade tradicional e a redução do Estado de bem-estar (LACERDA, 2019, p. 30).

É importante destacar alguns pontos da política neoconservadora norte americana que foram utilizados de ferramenta política, por exemplo: a religião, questões morais e o neoliberalismo. Pode-se observar a participação dos evangélicos na eleição de Reagan, em 1980, sendo essencial na conquista do Partido Republicano e na composição da maioria dos parlamentares no Congresso. Bullus M. Gago (2013) identifica que entre os anos 1983 e 1988 a pauta da religião civil, cuja expressão ideológica da vertente republicana, estabeleceu que as pessoas normais trabalham arduamente; vão à igreja; lêem a bíblia; cumprem às determinações do governo, lutam e morrem pelo Estado. Toda essa questão passa por uma discussão sobre nacionalismo norte americano e religião cristã (LACERDA, 2019, pp. 30-31).

O neoliberalismo se trata de uma teoria política econômica, no qual a liberdade dos indivíduos é a maior ferramenta do empreendedorismo, nesse seguimento o arcabouço institucional acaba favorecendo e protegendo os indivíduos para fortalecer o direito de propriedade e livre mercado. Na visão neoliberal, o Estado tem que provocar interferência mínima na sociedade, cabendo a integridade do dinheiro, mantendo o aparato da defesa militar e policial, e do sistema jurídico que garante a integridade da propriedade privada (LACERDA, 2019, p. 48).

O liberalismo e o neoconservadorismo possuem uma relação muito próxima. Uma parte dos intelectuais que se tornaram neoconservadores eram liberais até o início dos anos 1970. Em princípios, os intelectuais neoconservadores advogam por um liberalismo de mercado com intervenção mínima do Estado na esfera econômica. Para Richard Drury (1999), o liberalismo é uma ideologia ampla que propaga e defende

valores rígidos como uma política secular, direitos humanos, democracia representativa, liberdade individual, dignidade, pautas que não centrais para o neoconservadorismo (LACERDA, 2019, p. 55).

Os principais intelectuais que proporcionaram uma base ao neoliberalismo foram Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman e Karl Popper. O Chile foi o primeiro país usado como experimento de implantação do neoliberalismo, na época o país era governado por Pinochet, após o golpe de 1973, no qual foi implementada uma ditadura através do terrorismo de Estado, sendo instaurado um regime de violência e terror. Nesse período, no Chile, foi escolhida uma equipe de economistas influenciada pelo Friedman, para reconstruir a economia do país, da Universidade de Chicago, conhecida popularmente como Chicago Boys. A escolha da política econômica se resultou através de uma coalizão neoconservadora, em que os Estados Unidos fomentavam uma política econômica neoliberal e anticomunista nos países latinos americanos. No país, Pinochet reverteu as nacionalizações e privatizou empresas públicas, abriu recursos naturais para exploração de empresas privadas, privatizou a seguridade social e propiciou uma política de investimento estrangeiro (LACERDA, 2019, p. 50).

A pauta moral dentro do neoconservadorismo pode ser considerada secundária, mas não é, ela desempenha um papel importante dentro desse pensamento político. Agendas de grupos minoritários da sociedade, por exemplo: direitos reprodutivos (conhecido dentro da ideologia como aborto), avanço do feminismo e os direitos dos LGBTQIA+ possuem resistência dentro do neoconservadorismo que defende a formação de uma família tradicional sob conceitos do cristianismo (LACERDA, 2019, pp. 39, 40-41).

Na visão de muitos conservadores que seguem preceitos antigos ou clássicos observam distinções do neoconservadorismo com o conservadorismo tradicional. Muitos conservadores rejeitam acima de tudo a “pequenez” e a condição da visão do moralismo “necon”, especialmente, não gostam de ser relacionados com programas teóricos de libertação do mundo. Edmund Burke já tinha rejeição aos preceitos de fundamentos das Declarações Universais de Direitos e do entusiasmo revolucionário com que as tropas napoleônicas que buscaram salvar os povos do mundo. São por essas ideias que os conservadores buscam se afastar dos neoconservadores, nos debates contemporâneos (CASTELO-BRANCO, 2014, pp. 184-185).

Um dos parâmetros do conservadorismo é a posição contra a utopia da libertação, em vista disso, John Gray, escritor e filósofo britânico, entende que os movimentos políticos conservadores mais recentes foram absorvidos por uma ideologia “neoliberal” que impede a possibilidade de recuperação do conservadorismo clássico e tradicional. Para Gray, o discurso neoconservador surge como um cavalo de Tróia que o neoliberalismo implementou nas raízes do conservadorismo (CASTELO-BRANCO, 2014, p. 186).

2.1. Experiência prática do neoconservadorismo nos Estados Unidos e Reino Unido.

Nos Estados Unidos, o projeto do neoconservadorismo foi estruturado praticamente com o exercício da presidência de Ronald Reagan. Após os mandatos de Reagan, o neoconservadorismo perdeu o líder único. Para Pippa Norris (1996), o neoconservadorismo passou por um processo de estagnação, nos anos 1990, depois do fim da Guerra Fria, visto que algumas lutas foram deixadas de lado, por exemplo, o do anticomunismo (LACERDA, 2019, p. 56).

O governo de Ronald Reagan reestruturou o Estado e o poder militar do país. Para tal propósito, promoveu um plano de ajuste estrutural econômico, conhecido como Reaganomics. O plano teve como estratégia a diminuição dos gastos do governo federal; redução dos tributos para os indivíduos e empresas com capacidade de investimentos e ampliação, resultando em maior arrecadação; modificou as regulações federais sobre as operações econômicas; e consolidou a moeda norte-americana (NETO, 2021, pp. 19-22).

No campo cultural, o governo Ronald Reagan realizou um combate ao comunismo e a qualquer ideologia que provocasse uma ameaça ao status quo, o objetivo era sempre orientado para o ideário neoliberal e neoconservador. Reagan modificou valores morais e a própria ideia de nação, propagando estigmas negativos sobre programas assistencialistas, das pessoas que necessitavam desses programas e dos liberais, considerados de esquerdas que apoiavam projetos de cunho social. Reagan, em 1983, no discurso no encontro nacional da associação dos magistrados, proferiu (NETO, 2021, p. 21):

As políticas que aumentam a dependência e dividem as famílias não são progressistas; elas são reacionárias, mesmo sendo invariavelmente promovidas, aprovadas e realizadas em nome da justiça, generosidade e compaixão. (...) Começamos a apoiar um crescente exército de profissionais. Não questiono suas boas intenções, mas seu interesse econômico está na ampliação da dependência, e não no fim dela (Reagan, 1983 Apud NETO, 2021, p. 21)

Em 1987, Reagan realizou novas críticas ao Welfare, programa assistencialista nos EUA, no Conservative Political Action Conference, no discurso pode-se observar uma visão liberal de distanciamento do Estado em políticas públicas sociais e alguns elementos basilares morais familiares, comentou (NETO, 2021, p. 21):

Um sistema federal de Welfare, construído em nome de ajudar aqueles que estão na pobreza, causou estragos nas famílias pobres - destruindo-as, destruindo os fundamentos de suas comunidades, criando filhos sem pai e desespero sem precedentes. O estado de bem-estar liberal tem sido uma tragédia além da descrição para muitos de nossos concidadãos, um crime contra americanos menos afortunados. O sistema de Welfare clama por reforma, e reformado será (Reagan, 1987 Apud NETO, 2021, p. 21).

A privatização, desregulamentação, e outras políticas administrativas estiveram presentes na plataforma neoconservadora dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Era compreendido que essas medidas ofereceriam maiores igualdades de oportunidades, defendidas pelos liberais, resultando em distribuição de renda nos países capitalistas, e a presença de empresas estatais tendem a privilegiar uma camada única do poder político. A regulamentação burocrática nutre uma carga negativa sobre a sociedade, para a visão neoconservadora. Com os governos neoconservadores norte-americanos e ingleses, foram disseminadas novas formas de liberalismo e conservadorismo com uma organização econômica em alguns países latinos americanos e europeus (PAIN, 2007, p. 82).

Margareth Thatcher foi eleita na Grã-Bretanha com o propósito de reformar a administração economia. Thatcher tinha ideias keynesianas, mas as abandonou, seguindo preceitos do Keith Joseph, um publicista, de grande vínculo no Institute of Economic Affairs; pois acreditava que as políticas econômicas neoliberais seriam essenciais para solucionar a estagflação que marcou a economia britânica naquele período. Thatcher era convicta que as políticas econômicas neoliberais significavam

uma revolução nas políticas fiscais e sociais, mostrou de imediato forte intenção em reduzir as instituições e procedimentos políticos sociais democratas que se firmaram no país, nos anos 1940. Todo esse arcabouço social democrata mantinha forte poder sindical, e enfrentá-lo foi uma luta pela flexibilidade competitiva que desmantelou o Estado de Bem-Estar Social. Durante o governo de Thatcher foram desenvolvidas algumas políticas neoliberais, como: privatização de empresas públicas, incluindo as direcionadas à moradia popular; redução dos tributos; e promoveu iniciativas para o empreendedorismo, criando uma situação favorável aos negócios (HARVEY, 2008, pp. 15-16).

Na visão de Roger Scruton (2016, pp. 20-21), Thatcher queria que as pessoas reconhecessem a vida individual como pertencente a cada um e que a responsabilidade de viver não poderia ser exercida por outro indivíduo, muito menos pelo Estado. Ela esperava liberar o talento individual e a iniciativa que existiam na sociedade britânica. Também, afirmava de maneira incisiva que os empreendedores criavam progresso, enquanto os gestores públicos barravam o mesmo, logo, fica evidente a pretensão da cultura pró-mercado.

Margaret Thatcher não era uma intelectual, tinha uma razão maior no instinto do que uma filosofia elaborada. Quando era pressionada por argumentos, ela rapidamente se sustentava na economia de mercado e ignorava as bases mais profundas do conservadorismo na prática teórica e da sociedade civil. Em uma entrevista para a revista feminina, *Woman's Own*, na sede do governo britânico, em setembro de 1987, Thatcher proferiu que a sociedade era uma coisa que não existia e acrescentou que apenas homens e mulheres individuais e, posteriormente, suas famílias existiam. Esse discurso acabou sendo apontado por intelectuais acadêmicos como uma prova do seu individualismo grosso, de ignorância sobre filosofia social, e uma suposta fidelidade aos paradigmas da nova geração de empresários que poderiam ser classificados em uma palavra: dinheiro (SCRUTON, 2016, pp. 22-23).

Ademais, Thatcher acreditava no país e nas instituições, e as percebia como expressões de afetos sociais cultivados e acumulados ao longo dos séculos. Elementos como família, religião cristã, associação civil e o common law estavam incorporados em um imaginário de liberdade sob a lei. O ponto negativo era que ela não tinha uma filosofia com que pudesse formar esse ideal, de maneira que o “thatcherismo” se

transformou em uma simbolização de caricatura do pensamento conservador criado pela esquerda para satirizar a direita (SCRUTON, 2016, p. 23).

3 Neoconservadorismo e sua ascensão no Brasil

O neoconservadorismo se apresentou no Brasil com difícil classificação, muitos designavam como conservadorismo, neoconservadorismo, onda conservadora, liberalismo-conservador, direita alternativa e bolsonarismo. Todos esses termos podem servir de sinônimo do neoconservadorismo, menos o bolsonarismo, porque trata-se de um movimento político brasileiro que se influenciou das características dessa ideologia.

Para alguns, o país experimentou um conservadorismo diferenciado, nos últimos anos, de 2014 até os dias atuais, com cores verde-amarela e símbolos nacionais e internacionais, que fazem parte de uma estética ou performance. Esse novo processo de modelação do conservadorismo, no Brasil, possui uma nova gramática e estética, que não se resume ao Jair Bolsonaro, mas nele existe um protótipo, sobretudo, é formada por uma combinação de aliança de neoliberais, neoconservadores, agropecuaristas, religiosos ativistas e setores da classe média (LIMA; LIMA; 2020, p. 174).

O novo conservadorismo brasileiro percorre um trajeto de elementos considerados novos, com legado intelectual de Roger Scruton, Edmund Burke, David Hume, Ludwing Von Mises, Friedrich Von Hayek, T.S. Eliot, Leo Strauss e Michael Oakeshott, internacionalmente, ou de Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, João Pereira Coutinho e Ricardo Vélez Rodríguez, no cenário nacional, são autores que defendem a manutenção do status quo, mas nos novos arranjos do neoconservadorismo (LIMA; LIMA, 2020, p. 174).

Nesse processo, percebe-se que houve uma ampla coalizão de grupos, essencialmente, preocupados com questões morais e sociais emergentes no país. As liberdades econômicas e pessoais, propagadas pelo liberalismo clássico passaram por questionamentos dentro do neoconservadorismo brasileiro. Existe uma grande discussão sobre o conceito de liberalismo clássico e aquilo que é aplicado pelos neoconservadores e neoliberais brasileiros, principalmente, nas dinâmicas sociais com deformação nos preceitos ideológicos e políticos (LIMA; LIMA, 2020, p. 179).

No debate intelectual neoconservador existe uma ideia bastante difundida que o conservadorismo brasileiro contemporâneo não é elitizado e atinge o chamado “brasileiro comum”. Essa ideia não representa uma verdade absoluta, visto que um dos representantes do neoconservadorismo brasileiro, Luiz Felipe Pondé, vibrou com o fim que chamava de ciclo populista, comemorando a ascensão das ideias liberais e o ressurgimento das ideias conservadoras de vertentes inglesas: liberais-conservadores. Em 2016, Pondé explicou que o conservadorismo liberal centraliza o discurso na liberdade individual, isto é, as pessoas devem ser capazes de decidir o que for melhor para elas. Já no campo político, o conservadorismo liberal, preza pela defesa do estado de direito, constituição e contra utopias e rupturas democráticas (LIMA; LIMA, 2020, p. 180).

Um valor de extrema importância para o neoconservadorismo brasileiro é o livre mercado e tudo que esteja envolvido a ele, por exemplo, desregulamentação, privatização e desburocratização. Os neoconservadores defenderam, no governo de Michel Temer, em 2016, algumas propostas são convergentes ao ideário de livre mercado e administração descentralizada, tais como: alterações na previdência social, ampliação de metas fiscais, reforma na legislação trabalhista, limitação dos gastos públicos, extinção do fundo soberano do pré-sal e de alteração nos índices de participação da Petrobras nos investimentos de reservas. Um dos motivos defendidos para aprovação dessas propostas seria que, caso aumentasse os investimentos externos, a economia do país melhoraria (LACERDA, 2019, p. 167-168).

O regime fiscal aplicado no governo de Michel Temer maltrata a ordem constitucional e produz um Estado sem comprometimento com os direitos fundamentais e a democracia. Nessa perspectiva, o Estado reduz drasticamente o custeio dos direitos fundamentais; em país que convive com uma carência social; inviabiliza os custeios de políticas públicas, determina as prioridades pré-determinadas por vinte anos aos juros da dívida e as exonerações fiscais. O desenho proposto pelo neoconservadorismo as instituições focam em metas fiscais, em prejuízos às finalidades pretendidas pela Constituição de 1988 e da República (SILVA; TAVARES; 2021, p. 13)

Para chegar em altos níveis de popularidade no país, o neoconservadorismo usou de modus operandi diversificado, sendo representado pela disseminação de ideias com uma produção que utiliza uma linguagem fluida, humorística, sensacionalista, e

com o recurso de fake news. Esses elementos servem para provocar sensibilidade, ódio, esperança, mobilidade e sentimento de pertencimento (LIMA; LIMA, 2020, p. 174).

Com o grande acesso à internet, em vez dos quadros da elite e do empresariado, uma nova geração de jovens, com linguagem de humor, trabalhou com publicações de memes no Facebook, Instagram e outras redes sociais. Esses jovens começaram a construir uma performance dos think tanks, que acabou direcionando o debate para esfera política. Assuntos, que antes eram vistos como complexos para a sociedade, como política, economia e relações sociais começaram a ser detalhados em uma linguagem simplificada, espontânea e desconstruída, especialmente, com um discurso que encontrou sustentação, por essa razão, conquistou muitos seguidores na Internet. Com isso, entenderam que poderiam encontrar adesão e influenciar ideias e decisões políticas com a utilização de ferramentas de produção de conteúdo, ou seja, vloggers (digital influencers) e produção de artigos nas redes sociais, esse trabalho ajudou a ampliar a disseminação de informação política ideológica em mídias digitais (LIMA; LIMA, 2020, p. 184).

Com toda essa expansão digital, surgiram alguns problemas, por exemplo: pessoas se sentiram à vontade para produzir notícias falsas, tentaram reescrever a história de determinados momentos, usando ferramentas e critérios que ainda os analistas de discurso e sociais precisarão absorver de forma abrangente, pois se tratam de uma ruptura com o conhecimento acadêmico. Existe entre os produtores de conteúdos digitais, neoconservadores, uma sensação de liberdade com a utilização de linguagem apelativa e xingamentos; em muitos conteúdos fomentam uma estética política cibernética de “lacrção”, “mitada” e ataque ao politicamente correto (LIMA; LIMA, 2020, p. 186).

Na compreensão dos representantes e comunicadores neoconservadores brasileiros, os meios de comunicação tradicionais, as universidades públicas, ciências humanas e sociais e a produção de conhecimento acadêmico são núcleos hegemônicos de esquerda. Nesse sentido, de acordo com alguns representantes neoconservadores, por exemplo, Olavo de Carvalho, a esquerda domina, há tempos, a imprensa, com a intenção gramsciana de transformar em socialista o pensamento da população sem que ela perceba. No cenário brasileiro, André Singer (2012) aponta que, nos anos 1970 e 1980, realmente não haviam ideólogos, articuladores e pensadores de direita, por decorrência dos efeitos negativos da ditadura militar. Essa conjuntura começou a mudar

com a onda neoliberal no mundo, no Brasil mudou em meados dos anos 1990, que apresentou um arranjo de políticas governamentais neoliberais (LIMA; LIMA, 2020, p. 186).

Os principais interlocutores da propagação de ideias neoconservadores nas plataformas digitais, no Brasil, são MBL (Movimento Brasil Livre); Caio Coppola; Rodrigo Constantino; Luiz Felipe Pondé; Jovem Pan; antes do falecimento, Olavo de Carvalho; e o Terça Livre, antes do problema com a justiça, porque o proprietário, Allan dos Santos, é alvo de 2 inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), por disseminar notícias falsas contra a instituição, e outra, por organização de milícias digitais para atacar instituições democráticas. Os principais nomes desse grupo são MBL e Olavo de Carvalho, o Movimento apareceu como um grande defensor da liberdade econômica e dos costumes tradicionais conservadores. Olavo de Carvalho, era um fenômeno das plataformas digitais, um escritor de livros de filosofia política que contribuíram para a formação da mentalidade neoconservadora, ofertava cursos online e escrevia artigos de internet. Olavo se autointitulava criador da nova direita brasileira; era um anticomunista ferrenho; e propagava temas políticos em vídeos de You Tube, artigos e livros considerados relevantes para a direita norte-americana, como dominação esquerdista nas universidades; ideias do movimento antivacina, até antes mesmo da pandemia do COVID 19; marxismo cultural; ideologia globalista e revolução gramsciana (LIMA; LIMA, 2020, pp. 187 e 187).

No Brasil, o neoconservadorismo tornou-se um produto resultante de intensos conflitos sociais e ideológicos, e se revelou não como um fator isolado, mas como parte de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na esfera pública em geral. O movimento político neoconservador se favoreceu pelo discurso da “moralização política”, e os escândalos de corrupção serviram para fortalecê-lo, como: Mensalão (2005), e sobretudo, operação Lava Jato (2014), casos bastantes propagados na imprensa mundial. Esses e outros casos serviram de motivos e justificativas para diversas manifestações, uma das principais foram as de junho de 2013, marcadas pelas sucessões de protestos de rua, nelas havia uma narrativa apartidária e de espontaneidade, conseqüentemente, eram contra o Partido dos Trabalhadores, partido que estava no poder na época. Anos depois, tiveram as manifestações de 2015 que tinham forte discurso de rejeição aos partidos tradicionais, antipetismo, e apoio ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (LIMA; LIMA, 2020, pp. 182-183).

O antipetismo foi fundamental para a ascensão do neoconservadorismo brasileiro que funcionou como base ideológica, estimulando parte da população em manifestações pelo “FORA PT”. O antipetismo estava envolvido em um sentimento de transformação de valores políticos e institucionais que a sociedade brasileira almejava, como honestidade e um maior zelo pela coisa pública.

Os escândalos de corrupção propagados pela imprensa tradicional e o trabalho político da oposição, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições de 2014, fizeram com que o antipetismo ficasse mais forte, o que resultou nas mobilizações de 2015. Apesar do antipetismo ser um dado presente desde a fundação do partido na década de 80, o cenário eleitoral de 2014 passou por um processo de radicalização nos ambientes institucionais e na mobilização da sociedade civil. Essa radicalização envolvia posicionamentos ideológicos difusos que tratavam de justiça, igualdade, inclusão social, assim como a mobilização das oposições partidárias (SOUSA, 2016, pp. 41-42).

Mesmo com a vitória nas eleições de 2014, da Dilma Rousseff, o antipetismo teve um crescimento acelerado com o novo escândalo de corrupção envolvendo gestões petistas na empresa Petrobras, o “petrolão”. A operação Lava Jato, da Polícia Federal, que tinha como figura central o ex-juiz Sérgio Moro, responsável por investigação de políticos, empresários e outros (QUINTELA, 2020, p. 3). Essa operação foi essencial para a ascensão do neoconservadorismo no Brasil, com as figuras do Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, procurador do Ministério Público Federal (MPF) e membro da força-tarefa da Operação Lava Jato, que sustentavam os discursos de moralidade na política e na gestão pública, e os interlocutores dessa ideologia se propuseram a realizar esse trabalho de moralidade na política e combate à corrupção.

Mesmo sem imaginar os resultados que poderiam ser gerados no futuro, as manifestações de junho de 2013, tiveram caráter de indignação dos serviços públicos deficitários e do sistema político, mas, também contribuíram para o extremismo político. Essa indignação dos serviços públicos deficitários e do sistema político marcaram uma tendência no ambiente brasileiro após a democratização, ou seja, foram motivadas por baixos indicadores de confiabilidade institucional e do distanciamento político, trata-se, portanto, de um aspecto associado à cultura política brasileira. Já as manifestações de 2015 tiveram narrativas que apontaram para responsabilidade exclusiva do Partido dos Trabalhadores (PT) os erros e posicionamentos estimados

equivocados nos segmentos da economia, administração pública, e, ainda, os casos de corrupção daquela época (SOUSA, 2016, p. 36).

3.1 Neoconservadorismo brasileiro e suas principais características

O neoconservadorismo brasileiro tem como características pautas essenciais que contribuíram para sua propagação na sociedade, e no trabalho serão descritos três elementos fundamentais, como: religião; segurança pública e pautas morais. A religião, representa uma pauta de grande destaque no cenário político ideológico neoconservador, e existem grupos de apoio evangélicos, não são todos os evangélicos, mas representa um grande número de pessoas que se identificam com pastores famosos nas mídias sociais e de canais de televisão, aliados de políticos neoconservadores. No ideário político evangélico, dessas pessoas, foi criada uma premissa que o cristão deve ser conservador, anticomunista, e deve apoiar candidatos a cargos políticos com essas características. Esses são elementos considerados relevantes para a formação do cristão evangélico como eleitor, também, todos os aspectos políticos, dito conservador, é o único caminho ideológico para esses fiéis (SOUSA; VETTORASSI; ANDRADE, 2021, p. 121).

Grande parte desses fiéis, que detém consciência política, defendem o conservadorismo no pensamento partidário, político ortodoxo e a manutenção do status quo em várias ramificações da sociedade. Na compreensão da ideia de manutenção das coisas como elas estão, estaria a conservação das posições de gênero, estrutura familiar e dos papéis administrativos do Estado e da ordem garantida pelos poderes coercitivos estatais. Na visão desse grupo político religioso que detém o poder da comunicação de massa, formado por Silas Malafaia, Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares, o cristão ideal não pode e não deve propor quebrar paradigmas ortodoxos, ou seja, não pode adotar qualquer tipo de mudança que agride uma visão de mundo já estabelecida, deve seguir o já determinado, para garantir a paz, ordem e segurança. No campo político, essa manutenção do status quo é definida através da legitimidade dos votos dos fiéis em candidatos religiosos. (SOUSA; VETTORASSI; ANDRADE, 2021, p. 121).

Na pauta de valores morais existe uma ampla e extensa lista de paradigmas e comportamentos privados dos indivíduos. Os temas tratados são diversos, mas os

principais e mais debatidos, são: defesa de valores tradicionais familiares e aborto. Os neoconservadores adotam uma visão de valores familiares tradicionais, diferentes da multiplicidade familiar aparente na nossa sociedade. Eles se apoiam em argumentos religiosos e na Constituição Federal de 88, em específico no artigo 226, que estabelece a família como base de sustentação da sociedade e tem proteção especial do Estado. E reconhece que para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Dentro da pauta moral, os neoconservadores se posicionam contrários ao aborto, que está presente nos debates políticos e retóricos. Nos últimos anos ocorreram diversos a respeito do aborto, um dos principais, por exemplo, aconteceu por decorrência da ação do Supremo Tribunal Federal que decidiu, por oito votos a dois, julgar procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF 54) e aprovar a interrupção de gravidez de fetos anencefálicos, em 2012. Em qualquer debate sobre tema, quem se posiciona contra o aborto considera o embrião como um ser humano e a interrupção de uma gravidez um ato inaceitável e imoral. Uma parte dos que são contrários, não entendem esse caso como um problema de saúde pública, mas de segurança pública. Também, existe uma ala dos que se posicionam, contrariamente ao aborto, com opiniões e convicções através de bases religiosas (RAZZO; 2018; p. 11-38).

Incorporado entre os anexos ideológicos neoconservadores, a segurança pública se trata de uma agenda destacada. Entre as soluções para o problema da segurança pública, a posse de armas para os civis surgiu como saída para um problema complexo. Os conservadores e os neoconservadores lutam contra o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), e diante disso, culpam os altos índices de criminalidade ao estatuto. Na visão dos grupos que defendem um maior acesso às armas, para a população, acreditam que o Estatuto do Desarmamento foi imposto em virtude da omissão do Legislativo e Executivo, sendo difundido através de propaganda oficial como um mecanismo de pôr freios nos crimes violentos. Com esse projeto em vigor, observaram que os índices de violência continuaram altos, exceto em São Paulo, e o Governo Federal justificou que a proposta não seria para desarmar os criminosos, visto que era trabalho da Polícia, mas desarmar os cidadãos, e assim evitar crimes comuns, como o de relacionamento (BARBOSA; QUINTELA, 2015, p. 15).

Como apresentado, os neoconservadores brasileiros defendem a posse e o porte de arma para os chamados “cidadãos de bem”, homens e mulheres que atendem os requisitos necessários, como: ausência de antecedentes criminais, habilitação técnica e adequação de um perfil psicológico. Na visão dos mesmos, esse direito representa uma liberdade individual para as pessoas que se sintam dispostas em defender a vida, família e propriedade privada, em casos bárbaros de violência em que as forças policiais não estejam presentes (BARBOSA; QUINTELA, 2015, p. 16).

No debate sobre o armamento da população, uma consulta popular lembrada é o referendo de 2005, que consultou a população brasileira a respeito da proibição da comercialização de armas de fogo e munições no país, e segundo apurações, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 63,94% (mais de 59 milhões de pessoas) das pessoas votaram pelo “NÃO” e 36,06% (mais de 33 milhões de pessoas) votaram pelo “SIM”. Os armamentistas dizem que a população foi muito incisiva a respeito do tema quando consultada e que não foi respeitada sua vontade (BARBOSA; QUINTELA, 2015, p. 156).

No campo político, os neoconservadores defendem maior acesso das armas, pois entendem que os governos totalitários querem maiores restrições ao armamento da população. Esse conceito de liberdade sobre o uso da arma de fogo foi influenciado pelos norte-americanos, que entendem a posse de uma arma de fogo como uma salvaguarda das liberdades individuais da República. Eles usam como exemplo argumentativo que regimes totalitários desarmam os indivíduos, para não haver uma reação armada contra ações dos mesmos. Além disso, compreendem que a força bélica tem o poder de impor determinações e ordens, e o desarmamento seria um controle social (BARBOSA; QUINTELA, 2015, p. 139).

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3722/12 foi aprovado na comissão especial e está pronto para deliberação no Plenário. O projeto cria um estatuto de controle de armas de fogo, e revoga o estatuto de desarmamento, aprovado em 2003. O debate, na comissão especial, foi direcionado para a legítima defesa, sendo aprovado o substitutivo que estende a licença aos cidadãos, através de condições mais flexíveis, o porte de arma de fogo com o propósito da defesa pessoal e da propriedade privada (LACERDA, 2019, p. 127).

Ademais, desde que foi eleito presidente da República, Jair Bolsonaro, publicou mais de 40 decretos para facilitar o acesso de armas à população civil, em média o mercado registra cerca de 1.300 armas compradas por dia, pelos brasileiros, de acordo com o Instituto Sou da Paz.¹

3.2 Alguns aspectos do discurso neoconservador da agenda do Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro foi deputado federal (1991-2018) e eleito presidente da República (2018-2022) usou alguns requisitos neoconservadores de política interna e externa. Apesar de não ter feito um grande trabalho legislativo, com aprovação de proposições legislativas, presidência de comissões e liderança de partido e bloco parlamentar na Câmara dos Deputados, os debates polêmicos e calorosos proporcionaram destaques nas mídias que deram condições para ser eleito presidente da República. Ele apareceu com discurso forte nos temas: militar e forças armadas, em que defendia demandas do setor, tais como pensão dos filhos e família, reforma da previdência e reivindicações salariais para os militares do exército e policiais militares. Também, houve declarações a respeito atuação da polícia militar em operações de segurança pública. Bem como, tiveram falas contra Cuba e Fidel Castro (LACERDA, 2019, p. 185).

Outro aspecto usado por Jair Bolsonaro foi o antipetismo, usou os governos de Lula e Dilma Rousseff para realizar ataques, e fazia críticas aos países da América do Sul, governados por governantes de esquerda. A moralidade política era um artifício estratégico dos pronunciamentos de Bolsonaro, como deputado e presidente do país, que serviu de comoção popular. Houve declarações contra a redução da maioria penal, as pautas dos direitos humanos, que na visão do Bolsonaro, protegem os “marginais”; e o “Kit gay”, um programa do Brasil sem homofobia, implementado pelo Fernando Haddad, ex-ministro da Educação; todas essas pautas são de grande valia para os representantes progressistas e democratas (LACERDA, 2019, p. 186).

¹ Após mais de 40 decretos de Bolsonaro, brasileiros compram 1.300 armas por dia. Brasil de Fato, 12/09/2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/12/apos-mais-de-40-decretos-de-bolsonaro-brasileiros-compram-1-300-armas-por-dia>. Acesso em 17/09/2022.

Na análise de discursos de Jair Bolsonaro, na Câmara dos Deputados, consta que grande parte dos pronunciamentos eram destinados ao setor da agricultura, parte deles eram apontamentos contra demarcações de terras indígenas e contra ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); contra programas sociais do tipo: Fome Zero e Bolsa Família. Nesses registros foram identificados temas, como, militarismo, antipetismo/corrupção, rigor penal e kit gay. Nos anos finais, do mandato legislativo, houve um aumento de temas relacionados à moral sexual. Na visão do campo econômico, como deputado, o Bolsonaro não apresentava ideias claras, mas entre os anos 2000 criticou as privatizações realizadas no governo Fernando Henrique Cardoso (LACERDA, 2019, 186-187).

De certo modo, as ideias econômicas de Bolsonaro começaram a ganhar uma concepção no início da campanha eleitoral, em 2018, quando escolheu Paulo Roberto Nunes Guedes para ser conselheiro econômico. Paulo Guedes é um economista liberal, com PhD pela Universidade de Chicago, foi um dos fundadores do Instituto Millenium e do Banco Pactual. A partir desse momento, os pensamentos econômicos começaram a ganhar notoriedade nos meios de comunicação, a fim de demonstrar um plano de ações para os empresários e mercado, entre os planos estavam: redução dos impostos, desburocratização e desregulamentação (LACERDA, 2019, p. 187).

Nas relações exteriores, o Bolsonaro é um defensor do Estado de Israel e propôs a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, ação parecida realizada por Donald Trump. Líderes religiosos evangélicos, como Silas Malafaia, defenderam tal proposta. Bolsonaro, também, defendeu a retirada da embaixada da Palestina do Brasil, por não considerar um país. Ao longo de sua trajetória política sempre foi um crítico assíduo do regime cubano; e em 2018, Cuba decidiu deixar o programa Mais Médicos (LACERDA, 2019, p. 192).

Um discurso que proporcionou grande notoriedade para a ascensão de Bolsonaro foi o do punitivo rigoroso penal. Entre as defendidas estava a redução da maioria penal, que na visão do Bolsonaro garantiria maior segurança às famílias brasileiras. O tráfico e consumo de drogas ilícitas, também, estava nesse arcabouço, entendido como um problema de segurança pública e que pode destruir as famílias dos usuários. Ademais, na compreensão do Bolsonaro, a revogação do estatuto do desarmamento seria um aliado dos brasileiros na prevenção e combate à violência

cotidiana dos que optam em ter uma arma de fogo, para proteger a vida, propriedade privada e a família em casos de ataques (LACERDA, 2019, p. 200).

Para Jair Bolsonaro ter sucesso, em seu objetivo final, as redes sociais foram muito importantes e mesmo após as eleições continuaram sendo os principais canais de comunicação enquanto presidente, tanto que dispõe de um grupo de Telegram com apoiadores e outros interessados em receber informações institucionais de ações do governo. O WhatsApp foi um dos principais meios de compartilhamentos intensos de conteúdos, vídeos, áudios, textos e memes que ajudaram a promover as ideias de Jair Bolsonaro, esses conteúdos eram propagados em grupos de amigos, familiares ou até mesmo formados por pessoas desconhecidas que tinham o propósito de apoiar Bolsonaro. Em alguns casos esses grupos de pessoas desconhecidas entre si, no WhatsApp, eram formados através de grupos movimentados apoiantes do presidente no Facebook, onde os membros faziam postagens convidativas para os grupos e assim tinham uma conversa mais direta. Uma boa parte desse conteúdo propagado no WhatsApp caía na categoria de fake news: são notícias falsas e de teorias conspiratórias, material ofensivo e até mesmo calunioso contra pessoas ou grupos, enunciados distorcidos ou retirados de contexto, ou avisos urgentes e alarmistas (CESARINO, 2020, p. 96).

3.3 O fortalecimento de discurso antigênero e de sexualidade no neoconservadorismo

O neoconservadorismo brasileiro ganhou bastante notoriedade com diversos discursos e ações contrárias aos direitos das mulheres e de pessoas da comunidade LGBTQIA+. Esse movimento pode ser contextualizado com disputas relativas à sexualidade e gênero no país nas últimas duas décadas, com as eleições de 2010; mobilização política religiosa na Câmara dos Deputados contra o “kit gay”; na misoginia no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, por parte da imprensa e de grupos políticos (SANTOS, 2020, p. 51).

Nos últimos anos, a nova direita conservadora passou a usar a estratégia da agressividade, com elementos anti-igualitários e soluções autoritárias, contrariando os

princípios constitucionais de 1988. De certa maneira, a direita reativou componentes adormecidos com o fim da direita militar, que são prejudiciais para a sociedade brasileira. Nisso, inclui-se o aumento de discursos de ódio de políticos contra minorias, para ganharem notoriedade e visibilidade política (SANTOS, 2020, p. 52).

Em análise realizada por Messenberg (2017, p. 637), é apresentado que os formadores de opinião que participaram das manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015, tinham forte discurso pautado no conservadorismo moral. O conservadorismo moral defendido, por eles, se refere a duas pautas: resistência às mudanças estimuladas pela sociedade moderna e a defesa da família, religião e nação, considerados pilares para uma sociedade “tradicional”. Ideias referentes ao resgate da fé cristã e à família tradicional fazem parte da concepção do conservadorismo moral. Na defesa da família tradicional, são defendidas pautas de oposição ao aborto, ao feminismo, do casamento de pessoas do mesmo sexo, da “ideologia de gênero”, de “cura gay”.

Em 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia com o intuito de combater as violências contra a comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, dentro do programa surgiu o projeto Escola sem Homofobia, aparado sobre duas bases. Uma delas era relacionado a uma estratégia de comunicação sobre a homossexualidade em contextos educativos, que incluía um material educativo, conhecido pejorativamente por “kit gay”. O primeiro deputado a discursar no plenário da Câmara dos Deputados contra o programa foi Jair Bolsonaro, em 30 de novembro de 2010. No pronunciamento, Bolsonaro pronunciava que era o maior escândalo que tinha conhecimento, além de dizer que o kit era um estímulo à “promiscuidade e ao homossexualismo”. Em 2011 e 2012, Jair Bolsonaro atuou, praticamente sozinho, contra o kit, com discursos na Câmara, entrevistas e programas de auditório. (SANTOS, 2020, pp. 57-58).

Apesar de Jair Bolsonaro ser uma figura atuante contra o kit de combate a homofobia nas escolas, no poder legislativo federal outros deputados conservadores se movimentaram pelo Estatuto da Família, que excluía diversos outros arranjos familiares e tinha o caráter homofóbico. No artigo de Rayani dos Santos, “*A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil*” (pp. 59-60, 2020), apresenta dados importantes desse movimento, na Câmara dos Deputados, contra direitos da comunidade LGBTQIA+, por exemplo, o Projeto de Lei 6.583/2013, do parlamentar Anderson Ferreira (PR/PE), que busca definir a entidade familiar “como

uma união entre um homem e uma mulher” ou “por uma comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Em 2015, foi criada uma Comissão Especial para analisar o projeto e acabou sendo emitido um parecer excluindo outros arranjos familiares, contrariando a decisão do STF, relativa à união homoafetiva. Após muitas manifestações contrárias, foram apresentados recursos contra o parecer, pelos deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF), e o projeto não foi encaminhado ao Senado Federal.

O neoconservadorismo foi um campo fértil para o moralismo, onde influenciadores e formadores de opinião souberam explorar. Nesse campo, eram propagados discursos de resistência às transformações para sociedade moderna, na qual os direitos individuais deveriam ser preservados. Vários influenciadores e políticos utilizam o radicalismo como ferramenta de discurso de ódio contra mulheres, grupos da comunidade LGBTQIA+, entre outros, e são usados lemas como família, religião e nação para justificar posicionamentos retrógrados. Nesses discursos são utilizados elementos ideológicos contrários ao aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, feminismo e à ideologia de gênero nas escolas (MESSENBURG, 2017, p. 637).

3.4 Aspectos ideológicos da população brasileira nos últimos anos.

Após a redemocratização, em 1985, não houve uma grande articulação para a formação de grandes partidos declaradamente conservadores, mas existiram partidos ideologicamente híbridos, e no campo intelectual sempre teve pouco destaque comparando com outros ramos ideológicos. Mesmo assim, ao longo desse período surgiram dois políticos declarados conservadores que foram bem-sucedidos na conquista da Presidência da República.

Jair Bolsonaro surgiu como um candidato de pouca projeção, tinha pouco tempo de propaganda eleitoral, não tinha uma coalizão partidária significativa e os recursos de financiamento de campanha eram escassos. Outro declarado conservador que conquistou a Presidência da República foi Fernando Collor de Mello. O ex-presidente Collor foi governador, teve grande quantidade de recursos de financiamento de campanha e visibilidade na televisão, totalmente diferente do

Bolsonaro. Contudo, apesar das diferenças de chegar ao objetivo, ambos viveram uma onda popular muito forte que os ajudaram (SINGER, 2021, p. 3).

O conservadorismo ficou inativo durante as eleições presidenciais vencidas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Toda essa situação atrapalhou análises e gerou confusões a respeito do papel ocupado pelo PSDB naquele momento. Talvez de forma direta ou indireta é válido pensar que Jair Bolsonaro proporcionou a ativação da direita e posições consideradas resolvidas, mas que não estavam fixadas para uma parte da população considerada liberal ou conservadora (SINGER, 2021, p. 17.).

Durante os anos posteriores da redemocratização, a direita foi “marginalizada” nos debates políticos, por conta dos anos vividos da ditadura militar, apesar do PSDB ter uma agenda neoliberal, alguns líderes repudiavam a associação do partido com a direita, como foi caso do ex-presidente do PSDB, José Aníbal. Em uma nota oficial² do partido, o presidente lamentava que o XXII Congresso da Internacional Socialista, que ocorreu em outubro de 2003, na cidade de São Paulo, tinha deixado de lado forças representantes do campo progressista brasileiro, em especial o PSDB. Também, acusava a organização do evento de manipulação partidária, oficialismo e desconhecimento da realidade política brasileira que causam vergonha as bandeiras nobres da cerimônia.

Segundo André Singer (2021, pg. 10), existe uma hipótese que entre os 2006 a 2014, o lulismo teria produzido um efeito desativador para as pretensões da direita, contrariando constantes declarações de que o lulismo teria provocado no debate público uma polarização entre ramos ideológicos. Em análise realizada pelo Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro), verificou-se que houve um enfraquecimento de vertentes contrárias ao lulismo.

Mesmo com a direita, conservadores e liberais, desativada no grande cenário político brasileiro, disputando cargos políticos de forma discreta, uma parte da população declarada de direita permaneceu em “silêncio” e aliada aos sociais democratas que possuíam algumas pautas semelhantes. Em pesquisas sobre o aspecto

² Congresso da Internacional Socialista. Site do Partido da Social Democracia Brasileira, 24/10/2003. Disponível em <https://www.psdb.org.br/acompanhe/notas-oficiais/congresso-da-internacional-socialista>>. Acesso em 18/10/2022.

ideológico da população brasileira, o Datafolha mostrou que as pessoas consideradas de centro-direita e direita representavam uma parcela bem significativa no cenário político nacional. Essas pessoas só precisavam de algum político ou movimento para quebrar o “silêncio” e assim ganhar visibilidade política (SINGER, 2021, p. 11).

Em oito pesquisas realizadas pelo Datafolha, de 1990 a 2019, foram usadas amostras nacionais estratificadas por sorteios aleatórios, idade, sexo, porte de município. Segundo Rodrigo Vasquez, coordenador de pesquisas de opinião do Datafolha, em primeiro momento foram sorteados municípios que fizeram parte do levantamento, e depois, sorteados os bairros e pontos de fluxo. No estágio final, os entrevistados foram decididos aleatoriamente em consonância a faixa etária e cotas de sexo (Singer, 2021, p. 10-11). Abaixo, pode-se observar os resultados das pesquisas:

	1990	2000	2003	2006	2010	2016	2017	2019
Esquerda	14%	18%	16%	15%	12%	15%	13%	17%
Centro-esquerda	10%	10%	11%	7%	8%	11%	9%	9%
Centro	18%	16%	16%	17%	17%	24%	29%	24%
Centro-direita	15%	11%	13%	10%	13%	11%	10%	12%
Direita	28%	26%	28%	25%	24%	20%	26%	28%
Não sabe	15%	19%	16%	25%	25%	19%	14%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Base	2340	11298	5701	6884	2623	2828	2771	2948

3

Essa pesquisa mostra que no país já existia um terreno fértil para o neoconservadorismo ser cultivado, mas poderia surgir um problema de vertente liberal, visto que os brasileiros já tinham vivido anos de governos progressistas, conhecendo as qualidades de benefícios sociais. De certa forma, as propostas liberais passaram por uma roupagem que proporcionaram uma aceitação da sociedade brasileira, com redução do papel do estado, as privatizações e concessões públicas tiveram mais aceitação.

Jair Bolsonaro teve o papel de movimentar a direita popular, levou a população às urnas para votar em ideias que muitos achavam já ultrapassadas e antidemocráticas, com o aproveitamento da polarização desde 2013. Bolsonaro teve apoio de eleitores de maior renda desde quando aparecia nas primeiras pesquisas

³ “Os surveys foram feitos em 3 e 4 de março de 1990 (2.480 casos); 19 e 20 de junho de 2000 (11.524 casos); 31 de março e 1 de abril de 2003 (5.727 casos); 7 e 8 de agosto de 2006 (6.969 casos); 20 e 21 de maio de 2010 (2.660 casos); 7 e 8 de dezembro de 2016 (2.828 casos); 21 a 23 de junho de 2017 (2.771 casos); e 4 e 5 de dezembro de 2019 (2.948 casos). A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.” (Singer, 2021, p. 10-11).

eleitorais para a presidência, em 2016, soube aproveitar as denúncias do contra o governo de Michel Temer e as poucas opções ao centro. A classe média, também, proporcionou apoio (SINGER, 2021, p. 29).

A figura do ex-juiz, Sergio Moro, foi fundamental para fomentar a guinada neoconservador no Brasil. Durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato Alvaro Dias prometeu que caso eleito o Sérgio Moro seria convidado para ser ministro da justiça. Após eleito presidente, Jair Bolsonaro convidou o ex-juiz para ser ministro da justiça, usando a credibilidade que tinha Moro, por causa da operação lava jato e, também, pela boa disposição perante à imprensa. Essa credibilidade acabou ruindo graças aos vazamentos de áudios, pela imprensa, referente ao julgamento do caso Lula, considerados pelos juristas como graves. No período em que esteve como ministro da justiça, apresentou um pacote de medidas legais para o combate e endurecimento penal de crimes do colarinho branco e violentos.

Para desativar a direita, foi necessário despolarizar a disputa por completo, a esquerda também foi desativada. Os desdobramentos, a respeito da despolitização, tiveram um preço alto. Quando as manifestações de junho de 2013 reativaram as posições ideológicas conservadoras e liberais, em quais resultaram a eleição de Jair Bolsonaro, confirmou-se que não havia qualquer modificação nas preferências ideológicas durante o realinhamento, sendo parte de uma crise provocada em 2018 (SINGER, 2021, p. 29).

Esse efeito desativador foi muito nocivo para a democracia brasileira, visto que nesses últimos anos, grupos direitistas extremistas adotaram vocabulário anticomunista e antidemocrático, e muitos são simpáticos à ditadura militar de 1964, estabelecida no Brasil (MAITINO, 2018, pg. 112). Essas características são consideradas graves para qualquer pessoa que viveu o período da ditadura militar e aos democratas que repudiam qualquer tipo de agressão aos valores democráticos.

Contudo, o enfraquecimento do PSDB, no cenário nacional, fez com que os neoconservadores ocupassem esse espaço usando artifícios e métodos agressivos com instituições democráticas, minorias e trabalhadores. Apesar dessa ascensão, a nova direita brasileira não se organizou em torno de um partido com estatuto ideológico claro, militância organizada e de líderes regionais, talvez esses fatores possam ser prejudiciais em um futuro.

Considerações finais

Como visto, o trabalho apresentou em detalhes definições importantes para a compreensão do neoconservadorismo, passando pela definição do conservadorismo geral e brasileiro, apesar de ser considerado novo, essa ideologia possui bases sólidas no conservadorismo. Com a finalidade direcionada para o Brasil, buscou-se entender como o conservadorismo e o neoconservadorismo se estabeleceram como ideologias.

Apesar do neoconservadorismo se diferenciar de acordo com a cultura e característica do país, ele se apresenta com características sólidas em vários locais, e não seria diferente no Brasil. Pode-se observar algumas particularidades, como, uma decadência da natureza democrática no país; uma relação aliança entre religião e vida partidária e política; estímulo de valores tradicionais em espaços públicos, por exemplo, na escola.

A instabilidade política vivida no país, que teve início no final do primeiro governo Dilma Rousseff, foi fundamental para a ascensão das ideias pró-mercado, conservadoras e religiosas, que fazem parte do conjunto neoconservador. Apesar de ser um fenômeno antigo nos Estados Unidos, em alguns países europeus e no Chile, o neoconservadorismo se apresenta como um fator novo na política nacional.

Os efeitos dessa ideologia são extremamente nocivos, principalmente, na sociedade brasileira, que afetam a liberdade política e a igualdade social. Também, não se pode esperar a verdade dentro de grupos neoconservadores, sobretudo, com a ascensão da fake news como ferramenta política, que tem como objetivo atacar e disseminar ódio aos opositores e grupos minoritários.

Por fim, o bolsonarismo usou de artifícios neoconservadores para chegar ao poder, principalmente, por ter uma roupagem nova e diferenciada do antigo conservadorismo brasileiro que estava manchado pela ditadura militar, mas, mesmo assim, tinha algumas similaridades, tendo como exemplo, a pregação do anticomunismo, em um ambiente de medo e desinformação.

Referência Bibliográfica

BARBOSA, Bene. QUINTELA, Flavio. Mentiram para mim sobre o desarmamento. Campinas/SP. Vide Editorial.

BOTELHO, André; NUNES, Gabriela; RICUPERO, Bernardo; LYNCH, Christian. Revisão do Pensamento Conservador. São Paulo. Editora Hucitec, 2010.

Castello-Branco, José Tomaz. Conservadorismo. Rosas, João; Ferreira, Ana. Ideologias Políticas Contemporâneas. São Paulo. Edições Almedina, S.A, 2014.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. Revista Internet & Sociedade, 2020, p. 96.

COUTINHO, João. As Ideias Conservadoras. São Paulo. Editora Três Estrelas, 2014.

GARSCHAGEN, Bruno, Torres João. O Elogio do Conservadorismo e Outros Escritos. Campinas/SP. Editora Arcádia, 2016, p. 17-33.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar projetos de pesquisa. São Bernardo do Campo, São Paulo. 1994.

HARVEY, David. O Neoliberal, história e implicações. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2008

HIPOLITO, Marcelo. Monarquia e Conservadorismo: excepcionalismo brasileiro. São Paulo. Giostri Editora LTDA.

LIMA, Elizabeth; LIMA, Isabelly. Conservadorismo, neoconservadorismo e bolsonarização. Revista Debates, Porto Alegre, pp. 173-199, 2020.

Lynch, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. Revista Brasileira de Ciência Política, nº19. Brasília, janeiro - abril de 2016, pp. 75-119.

KIRK, Russell. A Política da Prudência. São Paulo. Editora É Realizações, Livros e Distribuidora Ltda, 2013.

KIRK, Russell. The Conservative Mind. Chicago, 1953, p. 7-8.

MAITINO, Martin. "Direita, sem vergonha": conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.111-134

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, setembro, 2020, p. 637. MOLL, Roberto. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? Unesp, 2015a.

NETO, Roberto Moll. O neoconservadorismo nos Estados Unidos da América: As ideias de Irving Kristol e a experiência política no governo Ronald Reagan (1981 - 1989). Revista Dossiê: Direitas nos Estados Unidos e Brasil durante a Guerra Fria. São Paulo, 2021.

PAIN, Antonio. O Liberalismo Contemporâneo. Rio de Janeiro, 3ª edição, 2007. Editora Edições Humanidade.

QUINTELA, Débora. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da "família". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-20

RAZZO, Francisco. Contra o aborto. 2018. São Paulo. Editora Record.

SANTOS, Rayani. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. Agenda Política, v. 8, n. 1, pp. 50-77, 2020.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. Scientific Electronic Library Online (SciELO), 2021.

SILVA, Janaína; TAVARES, Francisco. Neoliberalismo como Autoritarismo no Brasil Contemporâneo: declínio democrático e perecimento constitucional em nome do mercado, da ordem e da família. Boletim Goiano de Geografia. 2021.

SOUSA, Adam; VETTORASSI, Andrea; ANDRADE, Péricles. A Doxa conservadora no Brasil: mídia evangélica e eleições presidenciais em 2018. Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão/SE, 2021.

SOUSA, Cláudio. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. Belo Horizonte/MG, 2016.

SCRUTON, Roger. Conservadorismo: Um Convite à Grande Tradição. Rio de Janeiro. Editora Record, 2019.

TORRES, João. Os Construtores do Império Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro. Edições Câmara, 2017, p. 23-33.